



**CAMPUS DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MARIA YONARA DE SOUSA CAETANO ARAUJO

**Balço social no terceiro setor: um estudo comparativo da
elaboração proposta pelo modelo IBASE e uma organizaço
hospitalar da cidade de Campina Grande/PB**

CAMPINA GRANDE – PB
2014

MARIA YONARA DE SOUSA CAETANO ARAUJO

**Balço social no terceiro setor: um estudo comparativo da
elaboração proposta pelo modelo IBASE e uma organizaço
hospitalar da cidade de Campina Grande/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduaço em Ciêncas Contábeis da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigênci para obtenço do grau
de Bacharel em Contabilidade.

Orientador: Prof. Manuel Soares da Silva, Msc.

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercializaço deste documento, tanto na forma impressa como

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A658b Araújo, Maria Yonara de Sousa Caetano
Balanço social no terceiro setor [manuscrito] : um estudo comparativo da elaboração proposta pelo modelo IBASE e uma organização hospitalar da cidade de Campina Grande/PB / Maria Yonara de Sousa Caetano Araujo. - 2014.
23 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Prof. Msc. Manuel Soares da Silva, Departamento de Contabilidade".

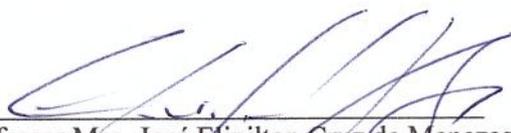
1. Balanço social. 2. Responsabilidade social. 3. Contabilidade. I. Título.

21. ed. CDD 657

MARIA YONARA DE SOUSA CAETANO ARAUJO

**Balço social no terceiro setor: um estudo comparativo da
elaboração proposta pelo modelo IBASE e uma organizaço
hospitalar da cidade de Campina Grande/PB**

Este trabalho de conclusõ de curso (TCC) foi julgado adequado para obtenço do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.



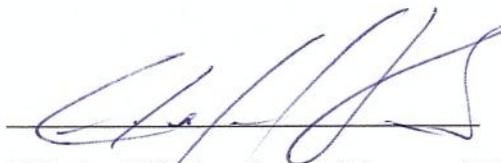
Professor Msc. José Elinilton Cruz de Menezes
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

Professores que compuseram a banca:



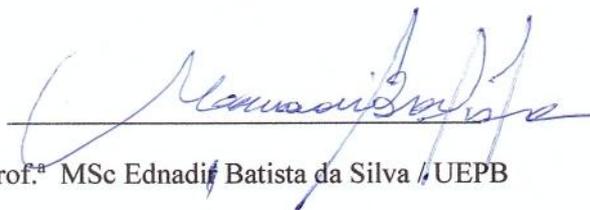
Prof. MSc Manuel Soares da Silva / UEPB

Orientador



Prof. MSc José Elinilton Cruz de Menezes / UEPB

Membro



Prof.ª MSc Ednadir Batista da Silva / UEPB

Membro

Balanco social no terceiro setor: um estudo comparativo da elaboraçaõ proposta pelo modelo IBASE e uma organizaçaõ hospitalar da cidade de Campina Grande - PB – Um estudo de caso

ARAÚJO, Maria Yonara de Sousa Caetano.

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo de caso considerando a importância da publicação e adesão do Balanço Social por empresas brasileiras como forma de demonstração transparente da atuação social das mesmas, principalmente em instituições sem fins lucrativos, objeto de estudo deste trabalho. Para a composição desta pesquisa foi realizado um estudo através da técnica de comparação entre o modelo atual de Balanço Social adotado pela instituição em estudo e o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica – IBASE. O objetivo do presente artigo é observar as principais diferenças existentes entre o atual modelo da instituição analisada e o modelo ideal de padronização mínima proposto pelo IBASE. Em função disso, chegou-se a conclusão de que há muitas diferenças entre os dois modelos comparados, principalmente com relação à discriminação das receitas e despesas, bem como não há discriminação da qualificação do corpo funcional da instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Balanço Social. Responsabilidade Social. Contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Os novos cenários mundiais sejam eles políticos, econômicos e sociais levaram a sociedade a questionar a responsabilidade que as empresas deveriam ter com o meio ambiente e a sociedade em geral. Uma proposta de diálogo com os diferentes públicos envolvidos no negócio da empresa que o adota: público interno, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, meio ambiente, governo e sociedade, era necessário à transparência de suas ações no exercício de suas funções corporativas. De acordo com Luca (1998), foi na década de 1960, nos Estados Unidos, logo após da Guerra do Vietnã, que as ideologias e prioridades da população começaram a mudar e com isso, indagavam-se as ações de responsabilidade sociais, os valores éticos e questões relacionadas ao meio ambiente.

É certo que as empresas já utilizavam vários mecanismos para divulgar as suas ações administrativas e os resultados delas oriundos, entres tais mecanismos, existe a contabilidade como sistema de informações que provê os usuários em seus fins específicos, mas durante

muito tempo a Contabilidade se preocupou, quase exclusivamente, com o aspecto econômico-financeiro das entidades, fazendo com que a forma de evidenciar tais informações fosse se aprimorando ao longo dos anos.

No entanto, alguns fatores como a reciprocidade que as empresas deveriam ter como o meio social, com seus funcionários e/ou com o meio ambiente, fizeram com que alguns autores começassem a questionar tais evidências, como exemplo Mazzioni (2005, p. 14) afirma: “as informações tradicionais ofertadas pela contabilidade tornaram-se insuficientes para a prestação de contas das atividades das entidades junto à sociedade”. Assim, era preciso ter uma demonstração que fosse capaz de demonstrar e/ou quantificar a relação empresa e sociedade.

Com base nessa prerrogativa, surgiram novos estudos voltados para a construção de um modelo que demonstrasse os retornos fornecidos pelas empresas à sociedade. Os países europeus foram os primeiros a publicar a ideia de Balanço Social, que foi inicialmente conceituada como: “[...] instrumento de divulgação das ações de responsabilidade social corporativa.” (BONATTO *et al*; 2007). Algumas instituições propuseram alguns modelos, dentre as quais o Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas – IBASE; Instituto Ethos; *Global Reporting Initiative* (GRI) entre outros. No Brasil, afirma Luca (1998), que os primeiros relatórios publicados foram na década de 1980 e não havia um modelo a ser seguido. Kroetz (2000) relata que, em 1997 Herbert de Souza lançou uma campanha nacional pedindo a publicação do Balanço Social e justificando a necessidade de adequação dos modelos internacionais à realidade brasileira.

Neste cenário, empresas que continham uma maior aproximação e preocupação com o meio social, principalmente com elementos de engajamento social, no sentido de apresentar uma análise do bem-estar dos indivíduos externamente ou internamente a organização, com quadros de Gestão Social, dispendo sobre resultados obtidos pela organização, de modo regional ou global; e utilizando indicadores sociais, permitindo a avaliação dos resultados planejados e os realmente alcançados, foram se adequando a esta nova vertente proposta pela nova vertente da Contabilidade.

Com base no tema discorrido, este trabalho tem o propósito de analisar a adesão do Balanço Social por parte de uma instituição social localizada na cidade de Campina Grande/PB e as principais diferenças encontradas nesta adesão através de uma análise comparativa entre o modelo proposto pelo IBASE e a o modelo construído pela instituição analisada. Tendo como objetivos específicos: Evidenciar o balanço social e suas

informações, caracterizar o terceiro setor e sua importância e apresentar os aspectos contábeis do terceiro setor.

Assim, surge o seguinte questionamento: O balanço social elaborado por uma instituição social localizada na cidade de Campina Grande/PB está obedecendo aos mesmos parâmetros do modelo proposto pelo IBASE?

O estudo em tela considera-se importante porque gera um debate com relação ao que tem se tornado importante para as empresas com relação à responsabilidade social e ao papel desempenhado pelas mesmas diante da sociedade. Hoje, as organizações são espaços de efetivação dos direitos e deveres sociais do indivíduo e nessa contrapartida, os integrantes internos e externos, entendendo aqui como o nível interno relacionado com os trabalhadores e, a todas as partes afetadas pela empresa e que, podem influenciar no alcance de seus resultados. O nível externo são as consequências das ações de uma organização sobre o meio ambiente, os seus parceiros de negócio e o meio em que estão inseridos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aspectos históricos e conceituais do Balanço Social.

Com o crescimento do debate sobre estas questões relativas à Responsabilidade Social das Empresas (RSE), foi surgindo uma nova vertente social da Contabilidade, preocupada com a publicação dos atos empresariais e o fornecimento de informações aos usuários, ou seja, agora os aspectos relativos ao desempenho ambiental e social são chamados a andarem lado a lado com o desempenho econômico-financeiro.

Segundo Luca (1998), algumas destas inquietações sobre as relações empresa-sociedade surgiram através de movimentos sociais realizados na Europa, principalmente na França após a guerra do Vietnã, onde se solicitavam informações sobre condições de trabalho, tornando-se cada vez mais necessária a transparência de informações econômicas, financeiras e sociais que refletissem a realidade das organizações. Essas informações se concretizaram no Balanço Social, ou seja, informações de cunho social, relacionados aos recursos humanos, o meio ambiente, responsabilidade social, que geralmente não são destacados nas demonstrações contábeis tradicionais.

Deste modo, a França foi o primeiro país a traduzir, elaborar e a publicar o Balanço Social, surgindo com a finalidade de suprir uma limitação de evidenciação da contabilidade financeira e das necessidades de sua época. No Brasil, de acordo com a mesma autora, os

primeiros relatórios publicados foram na década de 1980 e não havia um modelo a ser seguido. Assim, somente em 1997 é que o tema Balanço Social ganhou representatividade perante a sociedade e os profissionais da área, a partir de campanhas do sociólogo Herbert de Souza e de um seminário realizado no Rio de Janeiro para a divulgação voluntária do Balanço Social. Neste período, algumas instituições propuseram alguns modelos, dentre as quais se podem citar: IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas; Instituto Ethos; GRI – *Global Reporting Initiative*, entre outros. Na época, o sociólogo era o diretor do Instituto Brasileiro de Análises Econômicas (IBASE, 2008).

O primeiro modelo de Balanço social desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE mostrou-se simples e acessível para estimular todas as empresas brasileiras, independente do tamanho, a divulgar seu Balanço Social. (IBASE, 2008).

Ribeiro (2006) destaca que o modelo lançado pelo IBASE atendeu a necessidade das empresas, pois passou a ser aceito e aplicado gradativamente pelas corporações, as quais haviam sido destinadas. Neste cenário, surgem três modelos que melhor se adéquam as microempresas, cooperativas e o último para organizações, instituições de ensino e organizações sem fins lucrativos que serão detalhados na análise dos resultados deste trabalho.

2.2 Informações relevantes apresentadas no Balanço Social

O balanço social é um demonstrativo que deve ser publicado anualmente pela empresa, reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa (IBASE, 2008). Sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, à sociedade e o meio ambiente.

Os benefícios gerados são distintos e dependendo do viés de participação, de colaboração e dos resultados obtidos de cada agente envolvido. O IBASE (2008) relata, de acordo com essa visão, que:

- Aos dirigentes fornece informações úteis à tomada de decisões relativas aos programas sociais que a empresa desenvolve;

- Aos fornecedores e investidores, informa como a empresa encara suas responsabilidades em relação aos recursos humanos e à natureza;
- Para os consumidores, dá uma ideia de qual é a postura dos dirigentes e a qualidade do produto ou serviço oferecido;
- E ao Estado, ajuda na identificação e na formulação de políticas públicas.

Desta forma, os *stakeholders* influenciam e são influenciados pelas decisões das organizações, da mesma forma que beneficiam e são beneficiados pelas mesmas, contribuindo para a sustentabilidade dos negócios e da vida em sociedade (REIS; MEDEIROS, 2009).

Atualmente o modelo IBASE contém 43 indicadores quantitativos e 8 indicadores qualitativos. Tais informações devem ser apresentadas em tabelas contendo informações de dois exercícios e seus resultados devem ser amplamente divulgados em jornais e revistas de grande circulação, permitindo assim a avaliação das informações geradas pela empresa a cerca das suas praticas perante seus colaboradores e o meio ambiente.(IBASE, 2008).

Nesta configuração, o Balanço Social tornou-se um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários (TINOCO, 2001). Nesta mesma direção, visa também atender outro princípio contábil, o Princípio da Oportunidade que, conforme o Conselho Federal de Contabilidade (2000, p. 31), se relaciona com a tempestividade e a integridade relativa ao fornecimento das informações que afetem o patrimônio, independente das causas que as originam, gerando informações úteis ao processo decisório da gestão.

Sucupira (2001) corrobora com a ideia de que o Balanço Social é um instrumento valioso para medir o desempenho do exercício da responsabilidade social nos empreendimentos das empresas. Assim, segundo o autor, o cerne do Balanço Social é demonstrar quantitativamente e qualitativamente o papel desempenhado pelas empresas no plano social, tanto internamente quanto na sua atuação na comunidade. De acordo com essa afirmativa, Tinoco (2001, p. 30) além de reafirmar a ideia de que o Balanço Social é um instrumento de gestão organizacional social, enfatiza que o mesmo possui duplo objetivo:

1. No plano legal, fornece um quadro de indicadores a um grupo social, que após ter sido apenas um simples fator de produção, encontra-se promovido como parceiro dos dirigentes da empresa.

2. No plano de funcionamento da empresa, serve de instrumento de pilotagem no mesmo título que os relatórios financeiros.

Estas informações relacionadas à RSE, tanto no plano legal, quanto no próprio plano de funcionamento das empresas, demonstradas por meio do Balanço Social, são fáceis de serem observadas, principalmente, em entidades do terceiro setor (foco deste trabalho), representando um importante papel na sociedade, realizando as ações sociais e filantrópicas em benefício da comunidade.

2.3 Terceiro Setor: conceitos e caracterização

A sociedade civil é dividida em três setores. O primeiro setor é o governo, que é responsável pelas questões sociais. O segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais e o terceiro setor, que é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público.

Segundo Coelho (2009, pg. 70-71), em 1988, para regular a relação do poder público com essas novas organizações, seria promulgada a Lei n. 9637, de 15 de maio de 1998, qualificando como Organizações Sociais (OSs) as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, cujas atividades fossem dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

No ano seguinte, a Lei n. 9790, de 23 de março de 1999, iria ainda qualificar pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), habilitando-as a receber recursos públicos com a finalidade de promover:

- ✓ Assistência Social;
- ✓ Cultura;
- ✓ Defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- ✓ Educação e saúde gratuitas;
- ✓ Segurança alimentar e nutricional;
- ✓ Defesa, preservação, conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, e também;
- ✓ Estudos e pesquisas, entre uma série de outras atividades de interesse público.

A grande jogada imaginada pelo Estado, quando essas organizações foram criadas, era a maior flexibilidade e agilidade com que organizações de Direito Privado poderiam prestar serviços públicos de maneira complementar. Estes fatos são indicadores de que a ação estatal não tem sido suficiente para satisfazer as necessidades públicas. É importante enfatizar que essas iniciativas do Estado devem estar respaldadas na lei, de forma transparente e na busca de cooperação e parceria com o setor privado.

As Entidades que possuem ações em projetos sociais e são de caráter filantrópico, a transparência é fator-chave para a sobrevivência das mesmas e para todo o seu processo de gestão. Assim, as empresas precisam desenvolver um diálogo social qualitativo e quantitativo com a comunidade, buscando atingir todos os elementos necessários e exigidos; e, segundo Esteves et al. (2004), com critérios relevantes, confiáveis, comparáveis com outras empresas do mesmo ramo, o qual seja apresentado em intervalos regulares de tempo e de forma transparente e clara, comprometendo-se, desta forma, com o desenvolvimento e aprimoramento do meio social.

Apesar de várias definições encontradas sobre o Terceiro Setor, existe uma definição que é amplamente utilizada como referência, inclusive por organizações multilaterais e governos. Proposta por Salamon & Anheier (1992), trata-se de uma definição estrutural/operacional, composta por cinco atributos estruturais ou operacionais que distinguem as organizações do Terceiro Setor de outros tipos de instituições sociais. São eles:

- Formalmente constituídas: alguma forma de institucionalização, legal ou não, com um nível de formalização de regras e procedimentos, para assegurar a sua permanência por um período mínimo de tempo.
- Estrutura básica não governamental: são privadas, ou seja, não são ligadas institucionalmente a governos.
- Gestão própria: realiza sua própria gestão, não sendo controladas externamente.
- Sem fins lucrativos: a geração de lucros ou excedentes financeiros deve ser reinvestida integralmente na organização. Estas entidades não podem distribuir dividendos de lucros aos seus dirigentes.
- Trabalho voluntário: possui algum grau de mão-de-obra voluntária, ou seja, não remunerada ou o uso voluntário de equipamentos, como a computação voluntária.

Dentro das organizações que fazem parte do terceiro setor, estão as Organizações Não Governamentais, entidades filantrópicas, Organização da Sociedade Civil de Interesse

Público, organizações sem fins lucrativos e outras formas de associações civis sem fins lucrativos, discriminadas a seguir:

- As **Fundações** são instituições responsáveis pelo financiamento e arrecadação de fundos para o Terceiro Setor. Muitas dessas fundações são financiadas por empresas particulares. Exemplo: Fundação Bradesco.
- As **Entidades Benéficas** são instituições que visam a uma determinada reparação social.
- Os **Fundos Comunitários** são centros que canalizam e distribuem recursos de doações geralmente realizadas por empresas privadas.
- As **entidades sem fins lucrativos** são empresas privadas de ações não necessariamente sociais.
- As **Organizações Não Governamentais** são instituições que não estão necessariamente ligadas à caridade ou a reparações sociais.

2.4 Contabilidade no Terceiro Setor

A contabilidade é uma ciência social cujo objeto é o patrimônio das organizações e nas organizações do terceiro setor, o patrimônio pertence à sociedade. Para Zanluca (2008), a contabilidade tem o papel social de buscar informações econômico-financeiras e as mudanças ocorridas no patrimônio das organizações, sejam elas com fins lucrativos ou não. Assim, no tocante das organizações do terceiro setor, as informações contábeis se tornam ainda mais necessárias, pois estas recebem benefícios como doações, serviços voluntários e isenções de tributos, o que exige dessas entidades demonstrações claras, realistas e atualizadas de acordo com a evolução de sua contabilidade, transmitindo aos seus usuários, diretos e/ou indiretos, confiabilidade e transparência na organização.

Desta forma, fica evidenciada por Olak e Nascimento (2000), a importância da contabilidade, que é definida como sistema de informação e mensuração que passou a ser requerida em diversos momentos pelos vários organismos governamentais e não governamentais, para fornecer-lhes Demonstrações Contábeis e outras informações por elas geradas, para fins de prestação de contas das ações dessas entidades.

As regras contábeis aplicadas às entidades do terceiro setor pouco diferem daquelas utilizadas pelo primeiro e segundo setores. A contabilidade é semelhante, embora haja diferenças no que diz respeito à nomenclatura de alguns termos. No Brasil, a principal lei que se refere ao terceiro setor é a Lei das OSCIP'S (nº 9.790/00), que cita quais demonstrações

devem ser elaboradas e apresentadas por estas organizações, embora não expliquem como devem ser preparadas e apresentadas tais demonstrações.

Segundo Araújo (2005), a NBC T 10 veio regulamentar o trabalho contábil, estabelecendo critérios e procedimentos de avaliação, registro de transações e eventos, bem como a escrituração de demonstrações contábeis, determinando as informações mínimas que devem ser divulgadas pelas organizações do Terceiro Setor. De acordo com a NBC T 10.19 os demonstrativos contábeis mínimos que devem ser elaboradas e divulgadas pelas entidades sem fins lucrativos são:

- ✓ Balanço patrimonial;
- ✓ Demonstração do déficit ou superávit do exercício;
- ✓ Demonstração do resultado;
- ✓ Demonstração das mutações do patrimônio social;
- ✓ Demonstração das origens e aplicações de recursos;
- ✓ Notas explicativas.

Atualmente a contabilidade para entidades do terceiro setor é regulamentada pela NBC T 10.19, que dentre muitos aspectos, enfatiza principalmente:

- ✓ a) das disposições gerais;
- ✓ b) do registro contábil;
- ✓ c) das demonstrações contábeis

A norma citada reconhece que essas entidades são diferentes das demais e recomendam a adoção de terminologias específicas para as contas de Lucros ou Prejuízos, Capital e para a denominação da Demonstração do Resultado, com a finalidade de adequação dessas terminologias ao contexto das referidas entidades.

De acordo com estas normas, algumas características diferem das demonstrações tradicionais, por exemplo, o conceito básico de Patrimônio Líquido é o mesmo tanto nas empresas quanto no terceiro setor, ou seja, a equação patrimonial clássica não se altera, mas os títulos sim. Para Zanluca (2008), ao invés de Patrimônio Líquido, chamar-se-á “Patrimônio Social”; os fundos tornam-se especificados, a contabilidade registra os recursos recebidos para atender atividades ou projetos específicos de forma separada (em fundos), valendo-se das restrições impostas pelos doadores externos à entidade ou mesmo observando restrições

impostas pelos órgãos diretivos da entidade, na prática existirão, em uma entidade, vários tipos de "fundos" como, por exemplo, "Fundo para Construção de Sede Social", "Fundo para Bolsas de Estudos", "Fundo de Pesquisas"; outra característica é que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízo são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit, assim o valor do superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembléia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta Patrimônio Social.

Outro fator importante para que a as demonstrações contábeis fossem exigidas pela legislação é a questão sobre a imunidade tributária. Segundo Machado (2009), a imunidade tributária representa a exclusão da competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para instituir tributos relativos a determinados atos, fatos e pessoas, previstos na Lei Maior. Tal exclusão consiste na limitação constitucional ao poder estatal de tributar, resultando na impossibilidade de se criar impostos, delimitando o campo tributário. Assim, por entender o quão relevantes à sociedade são as atividades desenvolvidas por determinadas entidades, o legislador constituinte as exclui do alcance da competência outorgada às pessoas políticas, que as habilitam à instituição de impostos incidentes sobre seu patrimônio, renda ou serviço.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e foi realizada por meio de um estudo de caso, com abordagem qualitativa. Gil (1999) menciona que a pesquisa exploratória desenvolve-se com o objetivo de demonstrar uma visão geral sobre determinado fato. Para o autor, esse tipo de pesquisa é desenvolvido quando se tem pouco conhecimento sobre o tema explorado. Na análise qualitativa, estuda-se a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração.

Para esta pesquisa, também utilizou-se o método comparativo, que proporcionou, ao longo deste trabalho, descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando discontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem a construção do vigente Balanço Social da instituição analisada e do modelo proposto pelo IBASE.

Segundo Lakatos (1991), método comparativo realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências e pode ser usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento.

O método comparativo permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Constitui uma verdadeira “experimentação indireta”. É empregado em estudo de largo alcance e de setores concretos, assim como para estudos qualitativos e quantitativos (LAKATOS, 1991, p.107).

A instituição analisada neste estudo foi o Sistema de Assistência Social e de Saúde (SAS), localizado em Campina Grande/PB. A primeira etapa para a realização desse trabalho foi obter a autorização, em novembro de 2013, para acessar os dados contábeis, financeiros e outros do SAS.

A coleta de dados seguiu com a colaboração do responsável pelo setor de recursos humanos do SAS, informando os dados para compor os quadros com os serviços prestados e quantidade de funcionários. Foi disponibilizado pelo setor de contabilidade, o relatório estatístico de 2011 e 2012 do SAS, contendo as informações que serviram para comparar aos dados solicitados pelo modelo IBASE de Balanço Social.

Utilizou-se também o balanço patrimonial referente dezembro de 2011 e 2012, obtidos do setor de contabilidade do SAS. Por fim, utilizaram-se as informações recebidas para a composição dos quadros e figuras, procedendo-se à análise do resultado através do método de comparação entre os Balanços Sociais de 2011 e 2012 e o modelo proposto pelo IBASE. O modelo o balanço social elaborado pelo IBASE apresenta dez quadros. Entretanto, nesse estudo foram eliminados quatro quadros pra fins de simplificação.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Modelo de Balanço Social IBASE versus Modelo Balanço Social

Nesta etapa do trabalho serão analisados comparativamente os dados que foram encontrados no Balanço Social atual do Hospital SAS, organizados pelo setor de contabilidade da própria instituição com o padrão mínimo proposto pelo modelo de Balanço Social do IBASE. Será seguida uma trajetória de acordo com cada tópico do Balanço Social (IBASE).

4.2. Identificação

No modelo do balanço social IBASE o 1º tópico é composto pela identificação da instituição a ser analisada.

4.3. Origem dos recursos

O 2º tópico do balanço social modelo IBASE é composto pela origem dos recursos.

Quadro 1. Modelo IBASE – Tópico: Origem dos Recursos

2 - Origem dos recursos	2008		2007	
	Valor (mil reais)		Valor (mil reais)	
Receitas Totais	0	100%	0	100%
a. Recursos governamentais (subvenções)	0	0,00%	0	0,00%
b. Doações de pessoas jurídicas	0	0,00%	0	0,00%
c. Doações de pessoas físicas	0	0,00%	0	0,00%
d. Contribuições	0	0,00%	0	0,00%
e. Patrocínios	0	0,00%	0	0,00%
f. Cooperação internacional	0	0,00%	0	0,00%
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos	0	0,00%	0	0,00%
h. Outras receitas	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Ibase (2008)

Quadro 1. Modelo SAS – Tópico: Origem dos Recursos

1 Base de Cálculo	2012	2011
1.1 Receita Operacional Líquida	16.699.998,85	15.215.576,66

Fonte: SAS (2013).

No item (origem dos recursos), as informações disponíveis no hospital atendem ao que preconiza o modelo, embora não estejam explícitas.

4.4. Aplicação dos Recursos

No 3º tópico do Balanço social IBASE, denominado Aplicação dos recursos.

Quadro 2. Modelo IBASE – Tópico: Aplicação dos Recursos

3 - Aplicação dos recursos	2008		2007	
	Valor (mil reais)		Valor (mil reais)	
Despesas Totais	0	100%	0	100%
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal)	0	0,00%	0	0,00%
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)	0	0,00%	0	0,00%

c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)	0	0,00%	0	0,00%
Operacionais	0	0,00%	0	0,00%
Impostos e taxas	0	0,00%	0	0,00%
Financeiras	0	0,00%	0	0,00%
Capital (máquinas + instalações + equipamentos)	0	0,00%	0	0,00%
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Ibase (2008)

Quadro 2. Modelo SAS – Tópico: Aplicação dos Recursos

1 Base de Cálculo	2012	2011
1.2Folha de Pagamento Bruta	7.358.766,92	6.480.066,28
1.3 Prestadores de Serviço	3.851.617,08	2.872.716,22

Fonte: SAS (2013).

No item (aplicação dos recursos), as informações disponíveis também não foram satisfatórias, pois não especifica em detalhes como são usados os recursos do hospital, como é sugerido pelo IBASE

4.5. Indicadores Sociais Internos

No 4º (quarto) tópico do balanço social IBASE, são demonstrados os indicadores sociais internos da instituição

Quadro 3. Modelo IBASE Modelo SAS – Tópico: Indicadores Sociais

4 - Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))	2008		2007	
	Valor (mil reais)	% sobre receita	Valor (mil reais)	% sobre receita
a. Alimentação	0	0,00%	0	0,00%
b. Educação	0	0,00%	0	0,00%
c. Capacitação e desenvolvimento profissional	0	0,00%	0	0,00%
d. Creche ou auxílio-creche	0	0,00%	0	0,00%
e. Saúde	0	0,00%	0	0,00%
f. Segurança e medicina no trabalho	0	0,00%	0	0,00%
g. Transporte	0	0,00%	0	0,00%
h. Bolsas/estágios	0	0,00%	0	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Ibase (2008)

Quadro 3. Modelo SAS – Tópico: Indicadores Sociais

2 Indicadores Laborais	2012	2011
2.1 Alimentação	24,60	0,00
2.2 Encargos Sociais Compulsórios	509.845,88	1.032.218,95
2.3 Bem Estar, Saúde e Segurança no Trabalho	62.708,76	75.834,37
2.4 Educação e Formação Profissional	13.355,00	6.742,45
2.5 Outros Indicadores	14.875,00	5.900,00
Total dos Indicadores Laborais	600.809,24	1.120.695,77

3 Indicadores Sociais	2012	2011
3.1 Tributos (Excluídos os Encargos Sociais)	55.641,43	20.509,75
Totais dos Indicadores Sociais	55.641,43	20.509,75

Fonte: SAS (2013).

No item composto por indicadores sociais e laborais, o nível de informação não foi baixo, embora não esteja de acordo com todos os itens sugerida pelo modelo IBASE. Os dados disponíveis foram identificados quantitativamente, porém, há no modelo do balanço social IBASE outros dados que nesse item do balanço social SAS não foram identificados e, conseqüentemente, deixou-se de informar no quadro acima.

4.6. Projetos, ações e contribuições para a sociedade

O 5º (quinto) tópico do balanço social IBASE faz referência aos projetos, ações e contribuições vinculadas diretamente à sociedade.

Quadro 4. Modelo IBASE – Tópico: Projetos, ações e contribuições para a sociedade

5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade (Ações e programas aqui listados são exemplos, ver instrução)	2008		2007	
	Valor (mil reais)	% sobre receita	Valor (mil reais)	% sobre receita
a. Diversidade, etnia e questão racial	R\$ _____	0,00%	R\$ _____	0,00%
	Nº pessoas		Nº pessoas	

	beneficiadas: N° entidades beneficiadas:		beneficiadas: N° entidades beneficiadas:	
b. Empreendedorismo/apoio e capacitação	R\$ _____	0,00%	R\$ _____	0,00%
	N° pessoas beneficiadas: N° entidades beneficiadas:		N° pessoas beneficiadas: N° entidades beneficiadas:	
c. Segurança alimentar / combate à fome	R\$ _____	0,00%	R\$ _____	0,00%
	N° pessoas beneficiadas: N° entidades beneficiadas:		N° pessoas beneficiadas: N° entidades beneficiadas:	
Valores totais	R\$ 0	0,00%	R\$ 0	0,00%

Fonte: Ibase (2008)

Quadro 4. Modelo SAS – Tópico: Projetos, ações e contribuições para a sociedade

4 Tecnologias Desenvolvidas e Transferidas á Sociedade	2012	2011
4 .1 Tecnologias Desenvolvidas e Transferidas á Sociedade	139.976,43	404.160,00

Fonte: SAS (2013)

Nesse item as informações não estão disponíveis, visto que o hospital não possui dados específicos de seus projetos sociais. Contudo, nesse item está exposto quantitativamente o que foi investido em tecnologias desenvolvidas e transferidas a sociedade.

4.7. Outros indicadores

O 6º (sexto) tópico do balanço social modelo IBASE, está aberto para a inclusão de outros indicadores que a instituição julgue importante informarem.

4.8. Indicadores sobre o corpo funcional

O sétimo tópico do balanço social IBASE evidencia os indicadores sobre o corpo funcional da instituição analisada.

4.9. Qualificação do corpo funcional

O tópico 8 do modelo balanço social IBASE, apresenta a qualificação do corpo funcional da instituição.

4.10. Informações quanto a ética, transparência e responsabilidade social

O 9º tópico do modelo IBASE, apresenta informações relativas à ética, transparência e responsabilidade social.

Quadro 5. Modelo IBASE – Tópico: Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social

9 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social	2008	metas 2009
Relação entre a maior e a menor remuneração	0,0	0,0
O processo de admissão de empregados(as) é:	__% por indicação __% por seleção/concurso	__% por indicação __% por seleção/concurso
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	[] sim, institucionalizada [] sim, não institucionalizada [] não	[] sim, institucionalizada [] sim, não institucionalizada [] não
Se "sim" na questão anterior, qual?	[] negros [] gênero [] opção sexual [] portadores(as) de necessidades especiais [] _____	[] negros [] gênero [] opção sexual [] portadores(as) de necessidades especiais [] _____
Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	[] não são considerados [] são sugeridos [] são exigidos	[] não são considerados [] são sugeridos [] são exigidos
A participação de empregados (as) no planejamento da instituição:	[] não ocorre [] ocorre em nível de chefia [] ocorre em todos os níveis	[] não ocorre [] ocorre em nível de chefia [] ocorre em todos os níveis
Os processos eleitorais democráticos para escolha dos coordenadores(as) e diretores(as) da organização:	[] não ocorrem [] ocorrem regularmente [] ocorrem somente p/cargos intermediários	[] não ocorrem [] ocorrem regularmente [] ocorrem somente p/cargos intermediários
A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de:	[] todas ações/atividades [] ensino e pesquisa [] experimentação animal/vivissecação [] não tem	[] todas ações/atividades [] ensino e pesquisa [] experimentação animal/vivissecação [] não tem

Fonte: Ibase (2008)

Quadro 5. Modelo SAS -- Tópico: Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social.

7 Indicações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2012	2011
7.1 Relação entre a maior e a menor remuneração na sociedade	25,93%	21,96%

7.2 Número total de acidentes de trabalho	0	1
7.3 Ações de relevante interesse social	1	3
7.4 Educação e Formação Profissional: Ações externas	1	2
7.5 Educação e Formação Profissional: Ações internas	36	2
7.6 Meio ambiente e educação ambiental	1	1
7.7 Segurança, saúde e medicina do trabalho	1	1
7.8 Número de novos empregos gerados no ano pelas tecnologias desenvolvidas e transmitidas a sociedade	25	13
7.9 Apoio a formação de estudantes (nível médio, graduação, pós-graduação e bolsistas)	1	1
7.10 Projetos sociais e ambientais são definidos por:	() Direção () Empregados () Beneficiários (x) Todos em conjunto	
7.11 Padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho são definidos por:	() Direção () Direção e Gerencia (x) Empregados	
7.12 Na participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() Não se envolve () Apoia (x) Organiza e Incentiva	

Fonte: SAS (2013)

Nesse item, a quantidade de informações do balanço social do SAS é ampla, embora apenas dois subitens sejam compatíveis com os sugeridos pelo modelo IBASE.

4.11. Outras informações

O item 10 do modelo IBASE está disponível para que a organização coloque esclarecimentos e outras informações que julgarem necessárias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve por objetivo analisar a adesão do Balanço Social por parte de uma instituição social localizada na cidade de Campina Grande/PB e as principais diferenças encontradas nesta adesão através de uma análise comparativa entre o modelo proposto pelo IBASE e a o modelo construído pela instituição analisada.

Ao longo deste trabalho percebeu-se a dificuldade existente para a comunicação e a retenção de informações das instituições para a construção de um Balanço Social consistente e que auxilie as instituições nos processos de decisão e no desenvolvimento de ações voltadas para a responsabilidade social.

Concluiu-se que a entidade objeto do estudo apresentou diferenças com relação ao modelo IBASE, sendo principalmente quanto ao número de itens entre os dois balanços, pois no Balanço Social IBASE os tópicos são melhores discriminados, o que auxilia visualizar os dados com maior clareza. Quanto à instituição em análise, ela possui o maior número de divergência com relação ao modelo IBASE no que diz respeito às receitas e despesas, pois não há discriminação detalhada desses itens, assim como não haver discriminação quanto a qualificação do corpo funcional da instituição, ou seja, existe ausência de dados ou dados incompletos.

A análise realizada possibilita um processo de *feedback* e melhoria contínua dos processos de comunicação e de informação dentro da organização e a transmissão para a sociedade. A identificação entre o que é realizado atualmente e a implementação de um modelo ideal, auxilia quantitativamente e qualitativamente para que a instituição em estudo possa de fato aderir à implementação do Modelo de Balanço Social do IBASE.

ABSTRACT

This paper presents a case study considering the importance of the publication and membership of the Social Report by Brazilian companies such as transparent demonstration of the same social activities, especially in non-profit institutions, the object of study of this work. For the composition of this research study was performed using the technique of comparing the current model of Social Report adopted by the institution under study and the model proposed by the Brazilian Institute of Social and Economic Analysis - IBASE. The aim of this paper is to observe the main differences between the current model and the ideal model institution analyzed minimum standardization proposed by IBASE. As a result, the conclusion was reached that there are many differences between the two models being compared, particularly with respect to the breakdown of revenue and expenses, and no breakdown of the qualification of the staff of the institution.

KEYWORDS: Social Report. Social Responsibility. Accounting.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Osório Cavalcante de. **Contabilidade para organização do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2005.
- BONATTO, A., MAUSS, C.V., MAGALHÃES, J.M.de. **Ética e Responsabilidade Social: um estudo comparativo do balanço social da empresa Eletrocar**. Congresso nacional Enanpad31º, Rio de Janeiro, 2007.
- COELHO, Ricardo Corrêa. **O público e o privado na gestão**. Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileira de Contabilidade**. Brasília, 2000.
- ESTEVES, A.M.C. et. al. **Guia de Elaboração do Balanço Social**. Disponível em: <<http://http://www3.ethos.org.br/>> Acesso em: 22 de dezembro de 2013.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.
- IBASE. **Balanço Social 2008 para instituições de ensino, fundações e organizações sociais**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 20 de setembro de 2013.
- KROETZ, C.E.S. **Balanço Social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000.
- LAKATOS, Eva M. – **Métodos Científicos**. In: Fundamentos de metodologia científica. SP: Atlas, 1991.
- LUCA, M.M.M. de. **Demonstração do Valor Adicionado**, São Paulo: Atlas, 1998.
- MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário – 30ª ed. Malheiros Editores – São Paulo - 2009.
- MAZZIONI, S. **Delineamento de um modelo de Balanço Social para uma fundação universitária**. 2005. 193 f. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, 2005.
- OLAK, Paulo Arnaldo; SLOMSKI, Valmor; ALVES, Cássia Vanessa Olak. **As publicações acadêmicas da pesquisa no Brasil no âmbito das organizações do terceiro setor**. Disponível em: http://www.furb.br/congressocont/_files/EPC%20202.pdf . Acesso em 19 de dezembro de 2013.
- REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva. 2006.

SALAMON, Lester; ANHEIER, Helmut. **In search of Non Profit Sector II: The problem of classification** Working Papers of the John Hopkins Comparative Non Profit Sector Project n 3 Baltimore The John Hopkins Institute for Policies Studies, 1992.

SUCUPIRA, João A. **Ética nas empresas e balanço social**. In: SILVA, C.A.T.; FREIRE, F.S. (org.). Balanço social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social – Uma Abordagem da Transparência e da responsabilidade Pública das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

ZANLUCA, Júlio César. **Balanço Social**. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.portaltributario.com.br>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2013.